

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Patrimônio paisagístico natural e construído. Anais do I Encontro sobre Percepção e Conservação Ambiental: a Interdisciplinaridade no Estudo da Paisagem", 28, 29 e 30 de abril de 2004, Rio Claro - SP, ISSN 1519-8693, OLAM - Ciência & Tecnologia.

LICENÇA DE USO

Este artigo é disponibilizado sob uma licença Creative Commons, como parte da proposta da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (<http://www.espiral.org.br>) e do projeto acadêmico em <http://www.ambiente.arq.br>.

***Você pode reproduzir e distribuir esse material desde que** citando devida e visivelmente os dados de autoria e publicação, sem adições, cortes ou qualquer meio que altere o sentido ou prejudique a integridade original do material, sem finalidades comerciais ou de propaganda de qualquer tipo, ou em contextos que promovam qualquer forma de violência, o racismo, discriminação. Caso distribua esse material, o fará explicitando essa licença. Sob nenhum aspecto essa licença representa seção de direitos.*

PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO NATURAL E CONSTRUÍDO

Prof. Dr. Euler Sandeville Jr.
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
<http://www.ambiente.arq.br>

palavras-chave: patrimônio paisagístico, conservação, paisagem, patrimônio natural, patrimônio histórico, percepção ambiental

A tarefa que nos propomos como contribuição para o evento, no temário Percepção Ambiental e a Conservação do Patrimônio Paisagístico Natural e Construído, pode ser resumida na afirmação de que o eixo temático, em si, já remete a um campo de possibilidades de percepção de paisagens. Sugerimos a partir disso algumas questões para ponderação:

1. Quais os processos que geram a necessidade moderna e contemporânea de conservar um patrimônio recortado nas paisagens?
2. Que percepção temos do ambiente que nos leva a identificar um patrimônio a ser "pré-(con)servado" e quem é o coletivo (nós temos, nos leva etc.) ao qual nos referimos?

3. Que implicações trazem concretamente para o estudo de paisagens a separação usual entre natural e construído e por que tem sido necessária?
4. Que implicações trazem para a apropriação de paisagens e para uma eventual perspectiva de gestão a noção de patrimônio, comumente entendida como um recorte de exceção selecionado por algum grau de excepcionalidade que lhe é atribuído?

Mais do que a resposta a estas perguntas, sua investigação para a construção de narrativas explicativas pode ser muito reveladora de nossas percepções de paisagens, do que estamos incluindo ou excluindo, e porque, bem como com que conseqüências sociais nas transformações em curso das paisagens.

a vista espetacular à distância

O termo patrimônio (do latim *patrimonium*) refere-se à *res familiaris*, ao conjunto de pertences, ao *paterfamilias*, derivando de *pater*, título de respeito dado a deuses ou heróis, chefe ou dono da casa sem envolver a idéia de paternidade física (esta, expressa por *parens* ou *genitor*). Remete portanto à idéia de posse, de autoridade de alguém, de herança (a continuidade pela transferência de uma posse, de uma autoridade). Já o termo paisagem (do francês, *paysage*, de *pays*= país, região, território, pátria) tem origem (TORRINHA s/d; FERREIRA, 1985, CUNHA, 1982) no latim *pagus* significando marco ou baliza metida na terra, território rural delimitado por marcos, distrito, aldeia, povoação e no grego *pagos*, significando coisa fixa, planície, montanha, derivadas de *pag* (significando fixar, plantar, pregar, estabelecer, convencionar). A origem da palavra implica, portanto, no conceito de território delimitado, distrito, sendo seu principal sentido o de localidade, aldeia (para campo temos a palavra *ager*: campo, terra cultivada, pomar etc, da qual derivam agricultura e *agrestis*, dos campos, relativo aos campos, rústico, silvestre, selvagem,...).

Segundo o "Dicionário Aurélio" (FERREIRA, s/d), paisagem é um "espaço de terreno que se abrange num lance de vista; pintura, gravura, desenho que representa uma paisagem natural ou urbana". Tal definição expressa tanto o senso comum quanto a compreensão atual corrente sobre o que seja a paisagem (em contradição com sua raiz etimológica ou num desdobramento). É reveladora de alguns problemas de precisão conceitual na adoção como objeto de estudo e designativo de campos de trabalho e investigação. A questão, de muitas implicações, evidencia-se se constatarmos a sobreposição da idéia corrente de paisagem com o significado mais próprio de panorama (do grego *pan*, todo; *orama*, vista, espetáculo, coisa maravilhosa), ou seja, a vista espetacular à distância. Noção que reforçada pela associação com a representação bidimensional da pintura ou da fotografia gera uma simplificação, redução e uma superficialidade muito grande no enfrentamento do fenômeno (SANDEVILLE JR., 1999).

Este é um primeiro nível de percepção da paisagem; remete para muitas pessoas a uma situação privilegiada, digna da contemplação estética: a vista espetacular à distância, que mencionamos. Não é essa a compreensão que prevalece em estudos geográficos, de arquitetura de paisagens ou de ecologia de paisagens (mas há muitas posições a respeito), nos quais a paisagem embora percebida por seus aspectos visuais é entendida além destes, como fenômeno concreto decorrente de interação de processos naturais e sociais. Sua redução a um problema de forma e à pura visibilidade (figura, que não logra seu entendimento como imagem, isto é, representação) torna o conceito pouco

operacional e limitador enquanto explicação e enquanto possibilidade de intervenção. Entretanto, a idéia de paisagem restrita a uma categoria estética visual ainda é muito comum.

Daí sugerirmos que a expressão patrimônio-paisagístico que herdamos e assumimos já se refere, a priori, a uma valoração. Esta é a problematização que propomos à relação entre Percepção e Conservação Ambiental no eixo temático Percepção Ambiental e a Conservação do Patrimônio Paisagístico Natural e Construído. Uma paisagem que se torna patrimônio já é considerada diversa de outras, duplamente valorizada, daí o olhar para ela irá presidido por categorias compatíveis com essa diferenciação que se lhe atribui.

Na medida em que seja socialmente reconhecida como patrimônio (isto é, valor diferenciado no caso pelo coletivo), pressupõe um mecanismo que o consagre, que lhe reconheça o direito de existir como tal, ainda que se dê em um quadro não unânime e controverso. Ou seja, trata-se de institucionalização de condições de existência que não são pré-existentes de modo algum: são atribuídas e portanto relativas a um quadro social. Porque de outra forma, rigorosamente falando, toda paisagem é, entre outras coisas, um patrimônio coletivo repartido entre proprietários particulares que dele se apropriam, numa sociedade que assume o direito individual (mesmo que regulado) sobre as coisas coletivas. A relação entre "uma" percepção ambiental e "um" conceito de patrimônio (paisagístico) a ser conservado fica assim estabelecida e subentendida pelo uso freqüente que fazemos do conceito. Delimitar um patrimônio (paisagístico) é portanto recortar e subtrair às regras e práticas comuns um fato excepcional, isto é, uma exceção.

natural e construído

A adjetivação subsequente que estabelece uma diferença essencial entre natural e construído, é na verdade uma dupla adjetivação. Sim, posto que Patrimônio já foi qualificado: Paisagístico. Trata-se efetivamente de um sistema de perceber e atribuir valor praticamente considerado como dotado de uma qualidade intrínseca: uma verdade na qual submerge seu caráter de convenção (mesmo que convenção necessária em dado momento). O conceito de natureza é tão ou mais ambíguo (ROSSET, 1989) que o de paisagem, basicamente aludindo àquilo que não decorre do trabalho humano. Trabalho natural e trabalho humano, natureza, cultura e sociedade, resultam nesse entendimento campos opostos e irreconciliáveis, mesmo que saibamos não ser assim. Não raro a natureza é selvagem, a cidade e o campo plantado são civilização. Enquanto o selvagem resulta intocado ou apropriado pela coleta e pela extração (veja-se na própria legislação ambiental), a civilização é produto da técnica que domina e molda a condição "primitiva", gerando possibilidades de transformação de recursos e produção de riquezas pelo cultivo e pela indústria. Subordinada assim àquilo que envolve e suporta, a natureza no limite desprovida de alma, razão ou propósito (apesar do evolucionismo teleológico do século 19), está destinada a suportar o trabalho social governado por uma razão econômica e algumas vezes ao lazer. Claro, há muitas outras dimensões que não cabe a este trabalho introduzir. Paradoxalmente, tal disposição que exclui o homem é um produto da cultura que delimita aquilo que é do domínio da cultura (antrópico) e aquilo que é do domínio da natureza. De certo modo, a constituição das ciências modernas debate-se nessa dificuldade filosófica e metodológica de definir um conhecimento científico válido para esses campos. Como observou LENOBLE (1990:28, ênfase do autor):

"Na natureza, os primitivos procuravam compreender a vontade dos deuses do mar, dos vulcões e dos rios; Aristóteles, uma hierarquia de formas organizadas; Descartes e os Modernos, as alavancas de uma máquina em que 'tudo se passa por número e movimento'; longe de renunciar completamente à máquina, sabemos hoje que a maquinaria cartesiana encerra também uma parte de mistério e procuramos, na matéria, equilíbrios matemáticos que não toquem a não ser, por assim dizer, aflorando-as, as leis do engenheiro do século XIX. Basta apontar estes poucos exemplos para compreender que, se o mundo físico permanece idêntico a ele mesmo, pode tomar para o homem rostos completamente diferentes. Não assistimos ao progresso de uma investigação centrada no mesmo objecto: sob as palavras 'Natureza', 'ciência' e 'leis' não se viam as mesmas leis. Neste sentido, a 'nossa' Natureza e a nossa 'ciência' podem muito bem ter a sua data de nascimento, o que não quer dizer que anteriormente não se observasse nada. Numa palavra, sempre se observou a Natureza, só que não era a mesma".

A transformação do espaço pelo trabalho humano (em sentido lato) sempre houve. Autores como CROSBY (1993) referindo-se à Europa e DEAN (1996) referindo-se ao Brasil, mostraram o impacto de sociedades tribais na paisagem, ligado inclusive a possíveis extinções de espécies, contrariando o mito rousseauiano (que é anterior a Rousseau) de harmonia primitiva entre homem e natureza. Seja por cemitérios, bosques sagrados, monumentos, parques de caça como já tinham os Assírios e alamedas rituais em direção aos rios como as que haviam na Mesopotâmia, a intenção de recortar espaços simbólicos nas paisagens criando lugares excepcionais e de acesso exclusivo, parece remontar a diversas sociedades e períodos históricos. Também sociedades contemporâneas exercem esse juízo nas paisagens que transformam, embora com significados totalmente diversos como seria até desnecessário afirmar, e o termo patrimônio paisagístico e ou ambiental, natural e construído, é uma das formas pelas quais estabelecemos essas diferenças, essas reservas. Para não nos alongarmos muito por um caminho cuja porta, uma vez entreaberta, é muito sedutor, o atual conceito de Patrimônio (histórico, paisagístico, natural...) tem sua origem ainda no século 19.

a instituição moderna da natureza e da cultura

Se for lícito por uma questão de ênfase distinguir nessa tessitura das idéias que se entrecruzam (conforme explorado por autores como SCHAMA 1996, THOMAS 1988, WILLIAMS 1989, CORBAIN 1989) duas vertentes que se complementam na constituição do temário em pauta, teríamos que remeter, emblematicamente, à construção desses conceitos a partir de contribuições preponderantemente européias e norte-americanas. Uma das vertentes seria a constituição do conceito de Patrimônio (Histórico) a partir do romantismo e do neoclassicismo desde a virada do século (BENEVOLO 1976, FONSECA 1997), com Viollet-le-Duc ou nas regressões pré-rafaelitas do Arts and Crafts a que se vincula William Morris. Por outro lado, não sem pontos de contato, também contribuíram conceitos românticos sobre a sociedade e a natureza definindo um universo de valores crítico que remete ao desejo de um outro ambiente (social), como em Thoreau nos EUA. Na verdade, trata-se para sociedades da "revolução urbana e industrial" de preservar a memória material de seus vínculos com gerações anteriores e com uma qualidade ambiental perdida. Neste sentido, os movimentos que conduzem à origem dos parques urbanos europeus e americanos para uso público (veja, por exemplo, SEGAWA 1996, PREGILL E VOLKMAN 1999) e dos parques nacionais norte-americanos, revelam em sua institucionalização mais do que a oposição entre natureza e cidade ou entre progresso e cultura, uma integração desses desejos numa ordem que os subordina a uma lógica

urbana e produtiva. Ainda que tenha havido sempre uma tensão, não raro dramática, entre os interesses da preservação de "uma" memória e de "uma" natureza, percebe-se que o processo acima indicado é o de reencontrar o seu lugar em uma nova ordem ambiental, produtiva, cultural.

No Brasil não é menos complexa a origem desses conceitos e sua institucionalização, sobretudo ainda são pouco estudados seus vínculos com essas práticas em curso no exterior e sua construção no contexto cultural nacional. Podemos também analisar duas "vertentes", uma fortemente presa aos debates culturais e artísticos, incluindo aí a arquitetura, a sociologia nascente e outros intelectuais e a outra "vertente" constituída por cientistas de formação empírica e técnicos voltados para questões da exploração do território, integrados às elites do Império e da República Velha, ambas se cruzando nos debates sobre a jovem nação, sob influência de uma noção de progresso e entrelaçadas nas conjunturas políticas locais e nacionais. Essas "vertentes", sem perder outros fóruns próprios, encontrariam uma expressão institucional mais nítida a partir dos anos 30.

Na "vertente" de cunho mais "naturalista" podemos identificar as experiências para conservação de recursos hídricos necessários ao abastecimento das capitais e ao saneamento, cujos antecedentes remontam a José Bonifácio, Manuel Archer, André Rebouças, Orville Derby, Alberto Loefgren entre outros, dando a origem a espaços preservados ainda hoje importantes como a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro ou a Reserva da Cantareira e o atual Parque do Estado das Fontes do Ipiranga em São Paulo, estes dependentes de uma ação do Estado claramente voltada para subsídio da produção agrícola, inventário científico do território como era de interesse das elites, e suporte à industrialização incipiente. Tal entrelaçamento se evidencia na criação em 1911 de instituições como o Serviço Florestal do Estado de São Paulo, aproveitando a Seção de Botânica (criada em 1896) da Comissão Geográfica e Geológica, cujos protagonistas, especialmente Loefgren ligavam-se à criação das primeiras reservas florestais do Estado ainda no século 19. Aliada à necessidade estratégica que os estudos da flora e da natureza tinham desde o período colonial, quase sempre em mãos de estrangeiros produzindo conhecimentos sobre esses "recursos" que permanecia desconhecido ao país, essas experiências pautam-se por um forte apoio técnico e científico das engenharias e da biologia.

Não era desvinculado dessa preocupação todo um debate cultural sobre a nacionalidade, sobre um possível caráter de nossa identidade enquanto povo, daquilo que nos tornaria peculiares, das razões do "atraso civilizatório" a que estaríamos submetidos e das possibilidades de sua superação. Obviamente não havia consenso em tais debates, quer aqueles da técnica e da ciência, quer aqueles da cultura. Polarizavam-se em torno de grupos da elite diversas ações cuja reconstituição é ainda um campo de estudos recentes. Os debates (além dos já citados, Euclides da Cunha, Affonso Arinos, Alberto José Sampaio) já ocorriam no século 19 e no início do século 20 assumiram um contorno nacionalista entre progressistas e conservadores, entre modernos e tradicionais etc. Elucidativo dos termos são as oposições entre os jovens modernistas da Semana apoiados em segmento da elite paulistana e Monteiro Lobato, também integrado a segmentos dessa mesma elite, mostrando que o termo elites não pode ser visto de modo unitário ou coeso, e seus representantes articulavam-se de modo complexo e não linear com diversas posições artísticas e políticas, conforme suas conveniências e convicções.

Talvez a explicação da necessidade de preservação sentida na primeira metade do século 20 possa ser exemplificada com clareza capital por um dos representantes dessa elite ligada à fazenda e ao urbano: Paulo Prado. Intelectual e fazendeiro ligado aos modernistas na década de 20, seu artigo *A Paisagem*, escrito em 1925 e publicado em *Paulística*, expressa uma visão negativa do caráter nacional, tão estreitamente vinculada à natureza brasileira em que teria se formado, e aponta o remédio: tais males deveriam ser superados pelo trabalho. A humanização dessa natureza pelo trabalho gerador de riquezas para os proprietários da terra podia facilmente ser considerada como requisito para a superação da posição de subdesenvolvimento do país. Some-se ainda o fato de Paulo Prado ter uma visão negativa do romantismo, ao qual contrapõe a objetividade do positivismo. Essa influência do positivismo em sua forma de entender a sociedade reforça o desapego inevitável de uma natureza que deve ser sacrificada ao trabalho, à produção, ao progresso. No artigo *Paisagens* analisa as transformações da paisagem paulista, onde, segundo sua afirmação, a ancestral araucária (as florestas nativas) estava sendo substituída pelo eucalipto cosmopolita (uma paisagem produtiva e exótica). Essa extinção da natureza seria justificável por se tratar de um ato civilizatório: "Em São Paulo, está prestes a se extinguir, numa mutação de cena, o quadro primitivo em que se desenrolou a sua História" (PRADO s/d p.139). Por outro lado, essa necessidade permanente de justificar a devastação em pauta indica que essa perda do cenário primitivo da História paulista de algum modo já incomodava.

Tais antecedentes culturais (analisados mais profundamente em SANDEVILLE JR. 1999) convergem na década de 30 ganhando expressão política e institucional com os Códigos de Águas, o de Mineração e o Florestal e com o Tombamento de Ouro Preto e depois com a criação do SPHAN e dos primeiros Parques Nacionais, inscrevendo o país em um contexto de Conferências e Convenções internacionais para proteção dos "recursos naturais" que começavam a se multiplicar paralelamente à criação de áreas conservadas (confira em BRITO 2000 e DIEGUES 1994). Embora tratados simultaneamente, nesse processo e no aparato legal resultante transparece claramente a cisão entre ciências do homem e da Terra, explicitadas no limite na institucionalização de um Patrimônio Nacional, ainda que arte e ciência se aproximassem em um rico debate da cultura e projeto de modernidade nacional. No contexto cultural e socioeconômico em que ocorre e desdobra-se, evidencia-se a necessidade de especialização dos saberes que construíram o de patrimônio nacional da cultura, enquanto no âmbito da economia e da estratégia geopolítica se discutiam outros patrimônios nacionais expressos, por exemplo, na busca constante do petróleo e na criação de um protecionismo estatal sob vários aspectos da vida econômica e trabalhista no âmbito do país.

biodiversidade e mercado

Após a segunda Guerra nos encontramos em um outro contexto cultural, político, econômico que torna a defasagem com as primeiras vanguardas nítida na afirmação de Waldemar CORDEIRO (1986, apud SANDEVILLE JR 1993:50) de que

"O movimento cultural e artístico de 22 - e Prestes Maia pode ser filiado a esse movimento - perde a oportunidade de compreender o momento histórico que viveu (...). Quando o processo de urbanização começava a apresentar os primeiros conflitos, Mário de Andrade preferiu dedicar-se ao estudo do folclore rural (...). Tarsila estudou com Léger - o artista precursor da linguagem da máquina é um dos mais importantes

cubistas na opinião de Mondrian - para retratar (é esse o termo) as paisagens de sua fazenda".

Porém, os termos de encaminhamento da questão do Patrimônio se ampliaram a partir das bases estabelecidas na primeira metade do século no âmbito de órgãos federais e estaduais (o município começa a enfrentar a questão mais recentemente) responsáveis pelo desdobramento técnico e administrativo do patrimônio cultural e de recursos naturais. As transformações ocorridas no âmbito do SPHAN estão bem apresentadas em FONSECA 1997, e os desenvolvimentos no âmbito da proteção à natureza foram radicalmente questionadas por DIEGUES 1994 e 2000 e começam a receber estudos sistemáticos como em BRITO 2000, NEDER 2002, MARCONDES 1999, LAYRARGUES 1998.

É óbvio que a natureza sempre forneceu produtos (naturais) e muitas vezes o "espaço natural" foi utilizado para o ócio e como suporte das atividades decorrentes da aglomeração. Casos onde freqüentemente houve imperativos econômicos. Porém nunca teria sido possível antes do final de milênio o novo conceito que se forma, redefinindo a nossa noção de natureza. Uma nova condição se tornou nítida sobretudo após o início da década de 70. Podemos falar em uma separação crescente ou especialização das discussões e operações no âmbito da cultura e da natureza. Para o que muito contribuiu o avanço científico nas ecologias, cada vez mais atuando a partir de modelagens complexas e sobretudo com os avanços da genética e um esvaziamento crítico das "vanguardas" artísticas e culturais (inclusive intelectuais), cada vez mais decorativas e celebrativas sob a lógica de um mercado cultural. A discussão do patrimônio natural deslocou-se da questão estética, embora jamais tenha sido apenas isso, para a da biodiversidade, embora os valores estéticos não tenham sucumbido na construção desses novos discursos. A questão ética revelou novos enquadramentos, quer num plano ideológico que contesta visões antropocêntricas e humanistas, quer num plano institucional que se depara com uma nova realidade internacional de regulamentação do comércio global, onde a natureza joga um novo e decisivo papel amalgamado à questão das biotecnologias. Apontamos para esse fato (SANDEVILLE JR., 1999) ao estudar esse período recente, sobretudo quanto ao caráter ideológico que a contemporânea preservação ou conservação da natureza assumiu, paralelamente e relacionada aos avanços dessas tecnologias.

Chegamos a ponto de sugerir a tripla falência do conceito romântico de natureza sobre o qual ainda se prendem muitas das ações atuais em prol de sua preservação. Tripla porque de um lado natureza e artifício, sempre campos nitidamente distintos, começam a perder qualquer relação de precedência ou de impenetrabilidade entre eles, na medida em que um novo olhar sobre a idéia de natureza se torna possível. Os cruzamentos e hibridizações até poucos anos ainda eram feitos dentro de uma perspectiva da própria natureza. Agora, o âmago desse processo passou a ser penetrado e investigado, possibilitando produtos que jamais seriam possíveis na natureza como a concebíamos e que são claramente decorrentes da vontade humana, quando não da fantasia humana. O que são os clones e os transgênicos (não por acaso uma palavra nova)? Ainda são produtos naturais ou são produtos da indústria? Esta fronteira se perdeu.

A natureza virgem passou a ser um produto de mercado não só para a biotecnologia. Em meio a essas radicais transformações, onde uma nova natureza resulta claramente decorrente da tecnologia, persiste e é até exacerbada a antiga forma de olhar e desejar a

natureza. Então este é o outro lado dessa falência da idéia de natureza. De um lado, uma natureza definida pela técnica e transformada em produto, de outro a antiga idéia do selvagem que antecede qualquer feito humano, porém igualmente transformada em produto definido pelo "mercado" através da mídia. Aqui a natureza é transformada em produto de consumo para o ócio: uma ampla segmentação e estruturação de mercados baseada na idéia de natureza selvagem e de seus simulacros para lazer e turismo. O selvagem é operado para se tornar um lugar seguro para as incursões de milhares de pessoas ávidas de natureza num fluxo constante através do planeta (as implicações desta dimensão são discutidas em SANDEVILLE JR., 2002 e FERRARA, 2002).

Essa nova natureza, regulada pela biotecnologia que a transforma enquanto produto de mercado (é disso que se trata, é este o fim dessa ciência), e pela mídia com a mesma finalidade, só pode existir em um terceiro aspecto no qual é transformada em produto de mercado a partir da ação governamental (que no quadro atual parece tender cada vez mais a ser concedida ao setor privado). É cada vez mais o suporte indispensável do consumo e da sobrevivência, clareza que a torna também produto e logo as reservas de água e material genético adquirem novo valor. Para dar um exemplo do caminho que tende a ser percorrido, temos a legislação do mercado internacional de créditos de carbono previsto pelo protocolo de Kyoto e possivelmente logo o abastecimento de água e gestão de aquíferos, ou como já ocorre com o lixo, há muito tempo um serviço terceirizado sob responsabilidade dos municípios e nas ainda tímidas e tortuosas discussões sobre coleta seletiva, até recentemente um serviço desvalorizado de catadores de rua mas que se revela um negócio para empresas que vão se profissionalizando e institucionalizando, ou mesmo nas disputas internacionais sobre o registro dos nomes de algumas frutas brasileiras como marcas de produtos que tem ganhado cobertura na imprensa. Para uma discussão desse terceiro aspecto sugiro a coletânea de artigos publicados na imprensa cotidiana e reunidos em livro de Washington Novaes (NOVAES, 2002). Aspectos que não podem, entretanto, ser discutidos e regulados sem a mediação do conceito (ambíguo como já vimos) de paisagem e de ambiente.

patrimônio e paisagem

E fica como a noção de patrimônio (natural e construído), que temos discutido? Necessariamente tem que se deslocar nesse contexto do entendimento de um valor em si (o debate sobre a verdade no século 19 e que constitui o modernismo sobretudo arquitetônico) para um valor econômico associado à sua constituição e ao seu manejo. O que expõe a sua relatividade (esse valor em si que governava sua institucionalização) e sua conveniência (o acordo social diante de interesses econômicos imediatos). Com relação ao "patrimônio cultural e natural" são muitos os exemplos de como passa a ser enfocado. Poderíamos dizer que em São Paulo, enquanto sucumbiam cerca das décadas de 1980 e de 1990 mansões na Avenida Paulista e a fábrica Matarazzo na Água Branca para dar lugar a um conjunto de torres estimuladas por obras de infra-estrutura, projetadas e implantadas pelo poder público antes mesmo a Operação Urbana, era preservada a Casa das Rosas na mesma Avenida Paulista, vinculando-se à fachada azul de um empreendimento imobiliário. De outro modo, em Paris, as grandes obras levadas a cabo ao final do século passado inseriam-se em um grande negócio urbano, imobiliário e cultural (ARANTES, 1995). Temos o Pelourinho em Salvador, restaurado para o turista como cenário, abandonando uma estrita noção de patrimônio histórico ou subordinando uma visão social a uma justificativa de desenvolvimento econômico, ou ainda na Bahia, o

simulacro da vila colonial em Sauípe, onde a paisagem tropical é oferecida como um produto totalmente negado na implantação do empreendimento (turístico e imobiliário, tais coisas são cada vez mais correlatas). A fruição da paisagem tornada produto de massa, mesmo sob a fantasia da capacidade de carga, passa a ser controlada por uma série de normas educativas, da qual Bonito ofereceu um dos modelos bem sucedido de gestão local, ou como em Fernando de Noronha, para onde podemos nos transplantar em uma noite, levando a vivência da metrópole até o paraíso (SANDEVILLE JR, 1999b). O controle do olhar e da experiência da natureza torna-se nesse contexto produtivo e de mercado necessária. Passa a ser corolário desse negócio a bem intencionada e conhecida frase inscrita em "plaquinhas" de madeira: "daqui nada se leva senão lembranças, nada se deixa senão pegadas, nada se tira senão fotos...".

Nesse contexto a separação usual entre natural e construído dificulta perceber processos naturais em contextos urbanos que não são bucólicos. Entender como válido apenas o que tem caráter excepcional implica em não perceber a importância dos fatos cotidianos e sua extensão, camuflando a integração entre processos sociais e culturais e a transformação do ambiente. Constitui-se uma separação estereotipada entre cotidiano, catástrofe e patrimônio, integrados na verdade em um mesmo processo. Por outro lado a paisagem vista como amenidade a coloca em um embate entre o supérfluo e a urgência, que vem a justificar tanto a necessidade de preservação quanto a aceitação (mesmo que incômoda) das paisagens urbanas decorrentes de estruturas que expressam profundas desigualdades e injustiças.

Não apenas nos grandes centros. Quantos turistas de fato chegam a perceber a cidade real de Diamantina (MG) ou de Trancoso (BA), por exemplo? Fora dos limites da preservação, amontoam-se sem proposta urbanística e ambiental pública as pessoas que dão suporte à fantasia de contato com um passado original. E qual originalidade? Um turista que chegue ao fabuloso espaço da catedral de Florença não se dará conta de que sua sensação de maravilhamento ao tocar o medieval e a renascença é, em parte, usufruir um simulacro que não tem duzentos anos. Quem chega ao Quadrado (praça histórica) em Trancoso, para usufruir os casarões transformados em bares e vendas, sob o olhar da igreja que volta as costas para o mar para abrir-se para a vila, não imagina e sequer pensa em visitar e conhecer os bairros onde a população atual de Trancoso de fato vive, poucos metros além das pousadas que irradiam-se do núcleo pelos principais caminhos: destes lugares de vida cotidiana, só percebem a estrada de passagem, são como lugares quase "proibidos" ao olhar e ao percurso por uma convenção partilhada por turistas e nativos.

Tal forma de ver as coisas nos coloca predispostos aos modos já convencionais de gerir o espaço, recortando-lhe momentos excepcionais, seja de história, de natureza, de modernidade, de centralidade etc. É necessária a idéia de patrimônio? Creio que seja, como procurei mostrar. Porém se não for analisada em uma perspectiva crítica, aceita como fato em si e não relativo à cultura, podemos não perceber porque é necessária ou para que tipo de olhar para a paisagem contribui, se vista como um recorte descontextualizado daquilo que de fato é a paisagem, da extensão e mosaico em que se insere. Espacialidade que camuflando os atores, desvincula os planos de ação de realidades sociais concretas, nesse tempo em que a questão da participação tanto pode ser um avanço a muito reclamado, quanto uma nova forma de mediar interesses e políticas e homologá-los. Ainda nessa linha, favorece a permanência de estruturas administrativas fragmentadas e portanto incapazes de atuar e mesmo de perceber a

paisagem (SANDEVILLE JR. 2001) e a modelos de ação e gestão que separam aspectos ambientais (ecológicos ou sociais) de aspectos de uso do solo, como se nota ainda nos instrumentos urbanísticos, descontados seus aspectos retóricos. Contexto que reforça a dificuldade de constituição de um novo corpo técnico capaz de atuar efetivamente nas questões de paisagem.

"O homem passa e desaparece, as gerações se sucedem, porém a paisagem fica. Ela é estável e durável pela sua natureza e pela sua evolução. A passagem do tempo não desgasta a paisagem; as forças naturais pelo seu ciclo de repetição, pelos seus seres vivos (com exceção do homem), tendem a conservar a paisagem. O grande depredador, destruidor da paisagem é o homem. Ele é também o venerador da paisagem. Esta antítese - adorar-destruir - é uma indicação de que o ato provém de seres pensantes. (...)

A paisagem, não somente funciona como berço do pensamento, mas a sua presença tem efeito catalítico na confecção desse pensamento. Ela não se altera durante milênios, mas provoca alterações e movimento no pensamento. (...) Nas suas funções catalíticas ela é miragem e inspiração, é sugestivamente intocável durante o processo de germinação do pensamento e talvez seja por isso mesmo que o homem, sobre ela, aplique o seu tratamento iconoclasta, a sua antítese destruição. (Flavio de Carvalho, "I- A paisagem sorridente. O berço do pensamento", em fotocópia consultada no acervo de Rui Moreira Leite).

bibliografia citada

- ARANTES, Otilia.B.F. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo, Edusp, 1995
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976
- BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação. Intenções e resultados*. São Paulo, Anna Blume Fapesp, 2000
- CORBAIN, Alain. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. São paulo, Companhia das Letras, 1989
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico. A expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993
- CUNHA, A. G. de. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, 2a. ed.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1994
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo, Hucitec, 2000
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1a. ed, 7a. impr.
- FERREIRA, A. G. *Dicionário Português-Latim*. Porto, Porto Editora, 1985.
- FONSECA, Maria Cecília de Lourdes. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/Minc, 1997

- LAYARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça. O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo, Anna Blume, 1998
- LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa, Edições 70, 1990
- MARCONDES, Maria José de Azevedo. *Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social*. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999
- NEDER, Ricardo Toledo. *Crise socioambiental. Estado & sociedade civil no Brasil*. São Paulo, Annablume, 2002
- NOVAES, Washington. *A década do impasse. Da Rio-92 à Rio+10*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2002
- PRADO, Paulo. Paisagem. In *Paulística* (1925). Rio de Janeiro, Col. Documentos Brasileiros n. 152, p139-142
- PREGILL, Philip; VOLKMAN, Nancy. *Landscapes in history : design and planning in the Eastern and Western traditions*. New York : John Wiley, 1999
- ROSSET, Clément. *A anti-natureza. Elementos para uma filosofia trágica*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989
- SANDEVILLE JR, Euler. Memorial para um ano novo e para um novo milênio. Disponível em: <http://www.ambiente.arq.br> . Acesso em *Ambiente Brasil*, 09/02/2004, publicação (revisão em 2000, 2001, 2003) em 1999b
- SANDEVILLE JR., Euler. A Gestão da Paisagem – Uma experiência Pioneira em São Paulo, SP. *Revista de Pós Graduação do Unibero* Ano I, no 1. São Paulo, abril de 2001. (p. 43-59)
- SANDEVILLE JR., Euler. *A herança da paisagem*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1993
- SANDEVILLE JR., Euler. A paisagem natural tropical e sua apropriação para turismo. in YÁZIGI, Eduardo (org). *Turismo e Paisagem*. São Paulo, Contexto, 2002, pg. 141 a 159
- SANDEVILLE JR., Euler. *As sombras da floresta. Vegetação, paisagem e cultura no Brasil*. São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1999
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público. Jardins no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 1996
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988
- TORRINHA, F. *Dicionário Latino-Português*. Porto, Gráficos Reunidos, 3a. ed., s/d.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989